

O TRABALHADOR RURAL VOLANTE ("BÓIA-FRIA") UM ESTUDO A RESPEITO DO PARANÁ *

Iolanda Casagrande **

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E METODOLÓGICAS

Este trabalho visa analisar as características, principalmente as de caráter demográfico, da população rural-volante de dois núcleos populacionais ao longo do período de 1950 a 1977. Não se pretende, porém, abordar a problemática isolada do contexto sócio-econômico e político-institucional mais geral no qual está inserida, que é a do sistema capitalista que, com suas peculiaridades, predomina no Brasil.

Os dados empíricos da pesquisa referem-se a duas áreas caracterizadas pela concentração de trabalhadores rurais-volantes, próximas à cidade de Maringá, na região norte do Estado do Paraná.

O instrumental teórico-metodológico, norteador da análise, levou à abordagem do tema atendendo à:

- caracterização da mudança operada no "modelo de desenvolvimento", durante o período em questão;
- identificação das especificidades do processo geral que se manifestaram no que tange ao número de trabalhadores rurais volantes.

Esta reflexão tem o intuito de apreender determinada realidade regional como parte inseparável de uma totalidade mais abrangente. No seu método, procura-se utilizar técnicas de pesquisa preconizadas pela História, mas sem desdenhar os preceitos de outras ciências afins, em particular para a interpretação dos dados colhidos.

Nesta perspectiva é conveniente esclarecer que partimos da premissa de que o número de trabalhadores rurais-volantes no Paraná, e especificamente, na área de pesquisa, é bastante significativo.

* Este trabalho, extraído da dissertação do mestrado apresentada na Universidade Federal do Paraná, em 1979, sob o título *O Trabalhador Rural Volante ("Bóia-Fria") no Paraná: Características Históricas e Demográficas*, foi redigido para o X Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, realizado em Niterói, em julho de 1979. O texto original foi revisto, para o qual contamos com sugestões e contribuições do professor Elbio Troccoli Pakman, do Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal da Paraíba.

** Professora do Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal da Paraíba, Campus II – Campina Grande

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	N.º 2-3	137-147	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	---------	---------	----------------

O QUADRO DE ANÁLISE

A política econômica adotada pelo governo em meados da década de 50, promoveu a aceleração do processo de avanço do capitalismo brasileiro, embora não se manifestando de maneira idêntica em todos os setores.

O modelo de acumulação até então vigente altera-se em seus aspectos fundamentais, abrindo-se às perspectivas de penetração intensa do capital estrangeiro. No período da ênfase "desenvolvimentista" que privilegiou os setores dinâmicos (não agrícolas) da economia, redefiniu-se o papel da agricultura. Esta, através da transferência de recursos possibilitada pela intervenção do Estado, tornou-se fonte de sustentação para o desenvolvimento industrial. O novo padrão de acumulação apoia-se na produção de bens de consumo capitalista, que se expande de modo geral nas economias dependentes ¹, criando pré-condições para profundas transformações no sistema de produção e nas relações de trabalho da população agrícola.

Tomando-se em consideração que precisamente esta população é a que constitui o tema central, a partir dessas transformações identificamos três grupos de problemas e serem tomados em conta para a análise:

- observam-se mudanças qualitativas nas condições de vida da população, no sentido de sua deteriorização. O trabalhador rural tende, cada vez mais, a ser expropriado da terra em que trabalha, uma vez que as categorias de trabalhadores, tais como as de parceiro ou de colono, passam a ser formas históricas em extinção. A possibilidade real de propriedade da terra, paulatinamente, passa a ser privilégio de uma minoria ² detentora do capital;
- ocorre uma aceleração do processo migratório. O caráter de sazonalidade que distingue o trabalho rural-volante, aumenta a mobilidade migratória dos trabalhadores, por causa dos constantes deslocamentos a que se vêem forçados em busca de um meio de emprego e sobrevivência;
- verifica-se uma desagregação da família enquanto unidade tradicional de produção. Tanto no colonato quanto na parceria o caráter preponderante na estrutura da mão-de-obra é a unidade familiar. No trabalho rural-volante, a família perde essa posição na medida em que — como assinala Leila Stein — "o trabalho de cada um nada tem a ver com a totalidade dos trabalhos familiares e a quantidade de trabalho independe do desempenho do conjunto." ³

(1) A respeito veja-se, por exemplo, OLIVEIRA, Francisco de: *A Economia da Dependência Imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

(2) Sobre este ponto consulte-se, por exemplo, a opinião de MELO, Maria Conceição D'Incao e: *O "Bóia-Fria": Acumulação e Miséria*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1975, p. 45.

(3) STEIN, Leila: "O Trabalho Volante: Indicações para a Caracterização de um Debate", In: *Contraponto*, Ano I n. 1, novembro/1976, p. 73.

O "BÓIA-FRIA" E O PROCESSO DE TRABALHO

Na conceituação de trabalhador rural-volante, comumente conhecido como "bóia-fria", nos identificamos com o entendimento segundo o qual é "o trabalhador rural que, residente na zona urbana ou suburbana, presta serviços na zona rural, mediante salário, geralmente em diferentes propriedades agrícolas ou pecuárias. É contratado pelo 'turmeiro', 'gato' ou 'empreiteiro', o qual lhe faz os pagamentos e o transporta, geralmente em caminhão".⁴ Outro autor ainda acrescenta, que "não é registrado em carteira, mas contratado por dia, tarefa ou empreitada, pelo prazo sempre inferior a um ano e ganhando salários apenas pelos dias efetivos de trabalho ou pelas tarefas realizadas".⁵

Deste modo, reunimos as principais características do trabalhador rural-volante através da sincretização de duas conceituações, em essência, complementares. Muito embora haja casos de trabalhadores rurais-volantes com vínculo de trabalho oficializado, ou seja, registrado em carteira, tal fato continua sendo uma exceção à regra.⁶

Habitualmente o trabalhador rural volante entra em contato com o "turmeiro", "gato" ou "empreiteiro de mão-de-obra", que é a pessoa que trata com o proprietário agrícola e arregimenta os "bóia-fria"⁷, funcionando, portanto, como intermediário de fato entre os proprietários e trabalhadores diretos, os dois polos da relação social que define essa categoria de trabalhadores.

O trabalho rural-volante, como forma peculiar de relações de trabalho na agricultura, tornou-se significativo no campo brasileiro só a partir dos anos 60. Os trabalhadores rurais-volantes recebem denominações dissímiles segundo as diferentes regiões: "bóia-fria" no Paraná e São Paulo, "pau de arara" em certas zonas de São Paulo, "clandestinos" na zona canavieira de Pernambuco⁸ e "trabalhador alugado", no Rio Grande do Norte.

Sobre este assunto existe uma série de trabalhos, concluídos e em execução, principalmente relativos à situação nos estados de São Paulo e Paraná,

(4) FREITAS, Gilberto Passos D. & ARANHA, Nilce Maria Pinheiro: *"Bóia-Fria", Problemas e Soluções*, Botucatu, FCMB, 1975, p. 83.

(5) JORDÃO NETO, Antonio: *Tentativa de Clarificação dos Conceitos de Migrantes, Trabalhadores Temporários e Trabalhadores Volantes*, Botucatu, FCMB, 1975, p. 10.

(6) A respeito da questão, o que se observou é que quando o trabalhador reclama seus direitos, comprovando seu vínculo de trabalho, através de dois testemunhos, geralmente tem ganho de causa. Segundo a declaração de um presidente de sindicato entrevistado, o aspecto que muito tem interferido, prejudicando os trabalhadores é a morosidade dos trâmites legais da justiça. Pois, dada a situação de instabilidade que se impõe ao regime de trabalho volante, quando o processo chega a seu parecer final, o reclamante não é encontrado para receber seus direitos.

(7) Vide, por exemplo, FREITAS & ARANHA, op. cit., p. 89.

(8) GONZALES, Elbio N. & BASTOS, Maria Inês: *O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira*, Botucatu, FCMB, 1975, p. 1.

onde a aceleração do processo capitalista mostra-se em definitivo mais acentuada.

Conforme reproduzem E. Gonzales e M. I. Bastos em trabalho já citado, um conjunto de fatores atuaria, destacadamente, como responsável pela adoção da forma volante que assume o processo de trabalho rural, qual seja:

- a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1975, que, por um lado, teria amedrontado os proprietários agrícolas e, por outro, lhes teria acarretado uma série de encargos trabalhistas;
- A mecanização da agricultura que, ao provocar o êxodo rural, afasta os trabalhadores que depois emprega já sob nova forma;
- a substituição de culturas e/ou extensão das atividades agro-pecuárias, cuja utilização de mão-de-obra é mínima, provocando a expulsão da população trabalhadora residente.

Todos estes fatos, embora demonstráveis empiricamente, são secundários. Na medida em que constituem variáveis dependentes, devem se procurar as causas originárias desse processo da racionalização inerente ao movimento de modernização agrícola, ou seja, no próprio desenvolvimento do capitalismo no campo.

PROCEDIMENTOS ADOTADOS E OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

A fim de captar as especificidades demográficas desta categoria de trabalhadores, efetuou-se uma pesquisa de campo que proporcionou dados básicos.

Com a finalidade de delimitar a área mais adequada para a pesquisa, procedeu-se a um estudo preliminar no qual foram aplicados 69 formulários a trabalhadores rurais-volantes da região, escolhidos aleatoriamente, sem universo definido. Dessa sondagem inicial saiu a decisão de concentrar a pesquisa em dois núcleos populacionais, cujas populações se caracterizavam pelo predomínio do trabalho rural-volante.

Ao todo foram aplicados 137 formulários, sendo 75 no núcleo populacional de Guadiana e 62 no do Vale Azul, correspondendo ao total de pessoas (ou famílias) integradas à atividade agrícola na condição de volante.

Para a aplicação dos formulários, adotou-se como critério básico entrevistar o chefe-de-família que, no momento da pesquisa, estivesse trabalhando na agricultura na condição de volante. Vale ressaltar que o caráter de chefe-de-família foi atribuído à pessoa, na qual recaiam as responsabilidades econômicas da casa. É de notar que tal papel corresponde, algumas vezes, à mãe ou a um filho.

As entrevistas foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 1977, tanto em fins de semana como durante a semana após o crepúsculo ou em dias de chuva, quando os mesmos não trabalham. Os trabalhadores rurais-volantes foram procurados em suas próprias casas.

Baseado nas respostas dos trabalhadores rurais-volantes à pergunta:

“onde o senhor está trabalhando no momento”?, foi feita a escolha dos proprietários rurais a serem entrevistados. Foram selecionados, então, de forma aleatória, 15 proprietários rurais.

A partir das informações colhidas, tentou-se verificar as modificações operadas nas relações de propriedade. A fim de perceber as mudanças nas tendências de utilização de mão-de-obra, as entrevistas com os proprietários rurais⁹ foram realizadas em dezembro de 1977, ou seja, dez meses após a aplicação dos formulários aos trabalhadores.

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO NORTE PARANAENSE

A atividade cafeeira, responsável pelo principal produto de exportação, desde os finais do século XIX, vinha apresentando fases de superprodução. Da série de medidas adotadas pelo governo depois do estouro da crise em 1929, para proteger a posição do produto no mercado¹⁰, uma em especial atua como incrementadora da ocupação da região, a saber, a de proibição de plantio de novos cafeeiros em terras do Estado de São Paulo. A permanência do café como importante produto do setor agro-exportador fez, em consequência disso, deslocar o eixo de plantação para as terras roxas paranaenses.

Por outro lado, em decorrência da visita ao Brasil da missão econômica inglesa em 1924 — chefiada por Lord Montagu e convidada pelo então presidente, Artur Bernardes, especialmente para estudar determinados aspectos da economia brasileira —, foi constituída a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). A um dos integrantes dessa missão, Simon Joseph Fraser (“Lord Lovat”) diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate* e representante dos interesses dessa companhia, incumbia estudar as possibilidades de aplicação de novos capitais ingleses no Brasil, de forma a obter o algodão que importava em larga escala para suprir a florescente indústria têxtil da Inglaterra¹¹.

Os interesses por terras destinadas, inicialmente, à plantação de algodão são canalizados para uma empresa mais lucrativa: uma companhia de colonização. Em consonância com isso a *Brazil Plantation Syndicat Ltd.*, firma fundada em 1924 e dedicada à exploração de terras através do plantio de algodão, foi reestruturada e passou a ser a Companhia de Terras Norte do Paraná, que foi regis-

(9) Muitos proprietários entrevistados já estavam usando “bóias-frias” em menor escala e experimentando o uso de herbicidas em substituição aos serviços prestados por estes.

(10) Este aspecto é desenvolvido, entre outros, por SILVA, Sérgio: *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

(11) Sobre este particular veja-se: *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, São Paulo, Edanee, 1975, p. 42, (Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná).

trada em 24 de setembro de 1925 já como subsidiária brasileira. ¹² Durante a Segunda Guerra Mundial — dada a necessidade análoga de recursos por parte da Inglaterra — a Companhia foi vendida a empresários brasileiros que a rebatizaram como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), responsável pela colonização de 515 mil alqueires no período subsequente. ¹³

As diretrizes de planejamento adotadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, inspiradas em experiências anteriores, possibilitaram um sucesso imediato ao empreendimento, em boa parte devido à conjuntura da época. A situação de crise econômica dificulta, substancialmente, a venda de lotes grandes, daí a divisão inicial das propriedades fundiárias para venda em pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires. Lotes maiores só foram vendidos mais tarde. ¹⁴

Desta forma, as novas terras se vêem rapidamente povoadas por proprietários, colonos e parceiros oriundos principalmente das fazendas de café de São Paulo e, em menor escala, das de Minas Gerais. O Paraná passa a receber migrantes de quase todos os estados brasileiros. Entre eles há inclusive estrangeiros radicados anteriormente em São Paulo e Minas. Migrantes novos e antigos, atraídos para a nova “fronteira agrícola” ou expulsos por motivos diversos das áreas de origem.

A história da ocupação norte paranaense aparece, assim, ligada à da evolução da cultura do café no território brasileiro e situa-se — pelo lado de suas características referentes à estrutura fundiária — dentro da modalidade de colonização promovida na região pela Companhia de Terras Norte do Paraná na conjuntura de crises surgida após 1929.

AS MUDANÇAS DAS FORMAS ORGANIZATIVAS DA PRODUÇÃO

A ocupação da região onde foi localizada a pesquisa, intensificou-se nas décadas de 30 e 40. Nos anos 50 já havia sido dividida a terra e estavam vendidos quase todos os lotes urbanos e rurais disponíveis. ¹⁵

O café, fator dinamizador da ocupação, liderou as culturas na pioneira região setentrional paranaense até 1950, quando começa a declinar em função das constantes quedas de preço. ¹⁶ Mesmo assim, o café predomina na região

12) Mais tarde, dada a necessidade premente de ampliação do capital da empresa, uma solução mais fácil foi a Fundação da *Paraná Plantation Ltd.*, em substituição à *Brazil Plantation Syndicat Ltd.*

13) *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, op. cit., p. 54.

14) CANCIAN, Nadir Amarecida: *A Cafeicultura: 1900/1970*, São Paulo, Departamento de História — USP, 1977 (Tese de Doutorado).

15) PERARO, Maria Adenir: *Um Estudo do Povoamento, Crescimento e Composição da População do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970*, Curitiba, 1978 (Dissertação de Mestrado).

16) CANCIAN, op. cit., p. 291.

do Norte Novo até a década de 60, consorciado com culturas de subsistência, cujo excedente produtivo era vertido no mercado interno. A partir daí, a substituição do café pela soja, especialmente em função das oscilações de preços nos mercados brasileiro e, em particular, internacional, vai determinar alterações nas formas organizativas da produção e das atividades econômicas em geral.

A implementação da produção de culturas da soja e do trigo em forma consorciada e mecanizada, exige altos investimentos. Isso gera uma tendência à alteração da estrutura fundiária, uma vez que a produção em pequenas áreas pela inadequação de sua escala de produção, torna-se onerosa e quase impossível. A mecanização, por outro lado, muda qualitativa e quantitativamente a composição da mão-de-obra necessária à produção, provocando modificações no perfil do contingente populacional residente no campo e nas próprias relações de trabalho que se estabelecem nessa comunidade. Uma de suas características mais relevantes consiste em ser fator propulsor do acréscimo absoluto e relativo do número de trabalhadores rurais-volantes.

Desta forma, pode-se distinguir dois tipos de variáveis que atuam conjuntamente, contribuindo para o incremento do número de trabalhadores rurais-volantes. Um grupo de variáveis é de caráter exógeno e está vinculado à estrutura do capitalismo internacional. O outro é de caráter endógeno e se relaciona com o processo de desenvolvimento do capitalismo no país. Assim, o caráter exportador da agricultura brasileira, cuja produção, desde o período colonial, está voltada preponderantemente para o mercado externo, e a política intervencionista do governo na economia cafeeira que fora implementada desde 1906 com o Convênio de Taubaté ¹⁷, acentuaram-se na fase estudada.

No caso do Paraná, como fatores de aumento do número de trabalhadores rurais-volantes, podem se definir os seguintes:

- a política oficial em relação à agricultura;
- a substituição de lavouras e a mecanização que a acompanhou;
- a aprovação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural;
- as grandes geadas de 1965 e 1975 que dizimaram a lavoura cafeeira.

A política intervencionista em relação à produção do café foi o principal fator propulsor da Região Norte do Estado do Paraná. A manutenção de constante controle sobre a produção se manifestou concretamente por meio da implementação de dois programas consecutivos (1962 e 1966) financiados pelo Estado, realizados através do IBC/GERCA, com erradicação da cultura do café e estímulos financeiros à substituição do café por lavouras temporárias e pastagens. ¹⁸ Essa atitude fazia-se necessária, como medida reguladora dos preços, devido às fases de superprodução que se vinham repetindo.

Por outro lado, a substituição de lavouras com a conseqüente mecani-

(17) CANCIAN, op. cit., p. 63.

(18) Idem, p. 293

zação da produção, foi uma decorrência de ordem estrutural, determinada — em boa parte — pela política oficial. Isso se verifica tanto ao nível da intervenção corretora, frente às oscilações de preços dos produtos no mercado externo, como ao nível das medidas concretas adotadas com a política industrializante, que prevalecem a partir de meados da década de 50.

A superprodução relativa do café coincide com a valorização da soja como produto de exportação, principalmente, a partir de 1967, ano que registra uma marcada elevação dos preços deste artigo no mercado internacional.

Ressalte-se que, internamente, o processo capitalista, consubstanciado na política industrializante, deva mostrar de seus resultados.

A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, que estende aos trabalhadores rurais a maioria dos direitos adquiridos pelos trabalhadores assalariados urbanos, de fato, incidiu sobre a elevação do número de trabalhadores rurais-volantes. É que sua aplicação prática (reclamações trabalhistas, dispensa dos trabalhadores etc.) e a conseqüente conquista, ante a lei e pela lei, dos direitos recém-adquiridos, fez com que os proprietários se sentissem ameaçados nos seus lucros e prerrogativas, à medida em que os trabalhadores começavam a reivindicar o pagamento das devidas indenizações para saída da propriedade e outros direitos trabalhistas e obrigações patronais. Isto gerou a dispensa indiscriminada de enormes contingentes de trabalhadores, ainda desconhecedores da nova lei. São esses trabalhadores os que migram para a periferia urbana e, ao continuar geralmente exercendo atividades na zona rural, tornam-se trabalhadores rurais-volantes.

Além disso, as geadas de 1965 e 1975 são fatores que indiretamente contribuíram para acelerar a capitalização do campo no norte paranaense, através da política oficial adotada em conseqüência das mesmas. As medidas tomadas promoviam a erradicação do café, brindando financiamento para a passagem a outras lavouras e oferecendo facilidades creditícias para mecanizar a lavoura e para a compra de insumos industrializados. Com esta atitude pretendia-se dois objetivos com essência comum: diminuir a quantidade de produtores cafeeiros e elevar a produtividade dos que ficavam, o qual representa uma elevação da competição via "modernização" capitalista.

Resultante do quadro exposto, conclui-se que as mudanças das condições internas e externas em que se desenvolvia a produção do café na região norte do Paraná, inviabilizaram a manutenção inalterada das formas e composição das relações de trabalho até então vigentes.

A política agrária, consoante com o modelo de desenvolvimento a nível nacional, atuou no sentido de acentuar (e até provocar) as modificações que se estavam processando na estrutura das relações de trabalho. A tendência que se impunha, e que tem distinguido o desenvolvimento posterior foi a de transformação das relações baseadas no colonato e na parceria, formas historicamente em extinção, que são substituídas pelo trabalho rural-volante.

Posteriormente, por ocasião da geada de 1975, o processo de capitali-

zação acelerou-se. A substituição de mão-de-obra por insumos industrializados passou a ser característico da agricultura do Norte Novo, à medida em que essa prática era intensificada, também, na cultura cafeeira.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS DOIS NÚCLEOS ESTUDADOS

A seleção dos dois núcleos populacionais com elevada concentração de trabalhadores rurais-volantes, como universo de referência da pesquisa, levou a que, preliminarmente se pensasse na existência de uma grande homogeneidade, visão revisada a partir do conhecimento da realidade.

Do ponto de vista histórico, o núcleo populacional do Vale Azul originou-se de uma propriedade rural loteada em 1963. Coincidentemente, o ano de loteamento é o ano da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural que, quando de sua aplicação, acelerou o processo de expropriação dos trabalhadores rurais.

Diferente foi a formação do núcleo populacional de Guadiana. Constituiu-se, a partir de uma cidade planejada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, tendo início no ano de 1947 que, em razão das dificuldades de obtenção de água ¹⁹ pela população residente, estagna e mesmo sofre um processo de regressão. A maioria da população transfere-se para Mandaguaçu, uma cidade fundada na década de 50 por 8 proprietários rurais, distante apenas 2 quilômetros do local.

Em largos traços, o levantamento de dados identificou, do ponto de vista dos hábitos, condições e padrões de comportamento, diferenças significativas nas duas comunidades. O Vale Azul apresenta, através dos ítems pesquisados, padrões de comportamento tradicionalistas, pressupondo a origem camponesa ainda muito próxima de seus integrantes. Há uma tendência patriarcal de unidade da família concomitante a uma tendência dispersionista inversa, devido à forma de integração ao trabalho assalariado promovida pelo avanço capitalista.

Guadiana, ao contrário, apresenta padrões de comportamento penetrados pela deterioração dos padrões tradicionais, percebendo-se nitidamente a desintegração da família enquanto unidade para a produção.

Fundamentalmente, as características básicas assim como suas semelhanças e em especial as diferenças, aparecem no quadro seguinte.

(19) A profundidade média dos poços é de 50 metros e a constituição do solo é desfavorável à sua conservação.

**CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS TRABALHADORES
RURAI-VOLANTES, VERIFICADAS NOS DOIS NÚCLEOS PESQUISADOS
(1977)**

CARACTERÍSTICAS	VALE AZUL	GUADIANA
1) Participação dos trabalhadores volantes sobre o total de trabalhadores residentes	49%	51%
2) Trabalhadores que se tornaram volantes a partir da década de 60	89%	81%
3) Mobilidade migratória (comparação entre os núcleos)	menos freqüente	mais freqüente
4) Percentual de migrantes entre os trabalhadores volantes	91%	78%
5) Percentual de migrantes no conjunto da população de trabalhadores rurais-volantes	86%	84%
6) Atitude concordante dos chefes de família em relação à possibilidade de trabalho das mulheres	11%	21%
7) Participação da mulher e dos menores no contingente de trabalhadores assalariados	26%	37%
8) Condições habitacionais	precárias	muito precárias

Fonte: Pesquisa de campo

Nos dois núcleos pesquisados em 1977, Vale Azul e Guadiana, ambos com uma percentagem similar (49% e 51%) de trabalhadores rurais-volantes sobre o total de trabalhadores residentes, verificou-se que o processo se intensifica principalmente a partir da década de 60 (89% e 81%). Observou-se que a mobilidade migratória era — em geral — bastante intensa, sendo bem elevada a quantidade de migrantes dentre os trabalhadores rurais-volantes (91% e 78%) e, proporcionalmente, a representação de mulheres e menores dentro da força de trabalho volante (26% e 37%).

Mas esse quadro geral oculta diferenças que se tornam bastante significativas quando correlacionadas. Vemos que a mobilidade migratória menos fre-

qüente, correspondem a manutenção de padrões de comportamento mais tradicionalistas, registrando-se resistências relevantes, principalmente no ponto de vista qualitativo, dos chefes-de-família ao trabalho de mulheres e menores, não só enquanto à possibilidade de estabelecimento de uma relação de trabalho rural-volante, mas a resistência dos pais ao trabalho das mulheres verifica-se, também, em relação ao trabalho na qualidade de domésticas.

O ALCANCE DOS RESULTADOS E DAS CONCLUSÕES ATINGIDAS

À guisa de conclusões, com base no método anteriormente descrito e sob o prisma do quadro geral, destacamos os elementos centrais resultantes da pesquisa de campo nos dois núcleos assinalados. Cabe, porém, salientar que, metodologicamente, a possibilidade de generalização das conclusões extraídas deve ser vista com reservas. Isto se deve a três circunstâncias básicas.

Em primeiro lugar, a amostra é relativamente pequena e limita, espacialmente, sua expressividade. ²⁰

Em segundo lugar, a definição do universo de pesquisa privilegiou dois núcleos populacionais justamente por apresentarem um grau elevado de trabalhadores rurais-volantes. Esta característica, ao mesmo tempo em que se manifesta como uma tendência a nível não só de estado, impõe limitações a uma possível generalização, devido à distorções que — por acaso — surgiram pela multiplicação e ampliação das características próprias de origem histórica que determinaram a eleição dos núcleos.

Em terceiro lugar, as diferenças marcantes que se verificaram em alguns pontos, sugerem que deve ser excluída toda e qualquer explicação simplista, para ser estudada mais a fundo a complexidade do processo examinado.

(20) Isto induz a certas restrições quanto ao título original de nossa Dissertação de Mestrado: *O Trabalho Rural Volante ("Bóia-Fria") no Paraná: Características Históricas e Demográficas*, o qual sugere um estudo mais abrangente e exaustivo do tema para a conseqüente generalização para todo o Estado.